

Mundo



ELEIÇÃO SEM OPosição
Rússia veta rival de Putin nas urnas

Politi co adotou mensagem pró-paz e prometeu acabar com guerra na Ucrânia

SINALIZAÇÃO PRÓ-TRUMP

Maioria da Suprema Corte dos EUA dá indicação de que manterá elegibilidade

ELEIÇÕES EUA

A maioria dos juizes da Suprema Corte dos EUA indicou ontem estar inclinada a rejeitar o argumento de que a tentativa do então presidente Donald Trump (2017-2021) de reverter o resultado da eleição de 2020, em que o democrata Joe Biden foi eleito presidente, deveria torná-lo inelegível. O caso em análise se baseia em decisão de dezembro da Suprema Corte do Colorado, que vetou o nome do republicano da cédula das primárias do estado sob a Seção 3 da 14ª Emenda, que barra a recondução a cargos públicos de autoridades que juraram a Constituição e depois se envolveram em uma "insurreição ou rebelião" — no caso, os

ataques ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021, quando apoiadores de Trump tentaram impedir a certificação pelo Congresso da vitória de Biden. Ratificada em 1868 após a Guerra de Secessão, a 14ª Emenda tinha como objetivo impedir que os partidários da Confederação fossem eleitos para o Congresso ou ocupassem cargos federais. Sua terceira cláusula, porém, não deixa claro se a medida se aplica a presidentes. Esse é o caso eleitoral mais importante a chegar à mais alta corte americana desde que ela interrompeu uma recontagem de votos na Flórida em 2000, quando o republicano George W. Bush tinha uma vantagem mínima sobre o democrata Al Gore. Durante duas horas, houve pouca discussão sobre a invasão do Capitólio ou o papel de Trump no episódio. Mas oito

dos nove juizes — seis conservadores, incluindo três nomeados por Trump, e dois progressistas — sugeriram estar abertos a ao menos alguns argumentos apresentados por Jonathan Mitchell, o advogado de Trump na Suprema Corte. O ex-presidente pode ganhar o caso se apenas um desses argumentos for aceito.

FAVORITO REPUBLICANO
Uma decisão favorável a Trump, que é favorito para se tornar candidato pelo Partido Republicano nas eleições de novembro, poria fim aos esforços de qualquer estado em evitar que seu nome apareça nas cédulas de votação. Além do Colorado, a secretária de Estado do Maine, Shenna Bellows, retirou em dezembro Trump da cédula de votação das primárias também com base na cláusula de insurreição.

Ex-procurador-geral do Texas, Mitchell contrariou seus argumentos em dois pontos: de que o presidente não pode ser considerado um "funcionário dos EUA", não estando portanto coberto pela Seção 3 da 14ª Emenda, e de que a desqualificação de Trump sob a emenda requereria alguma ação adicional do Congresso. — A decisão da Suprema Corte do Colorado está errada e deve ser revertida — disse Mitchell, acrescentando que ela "impediria os votos de potencialmente dezenas de milhões de americanos". Já Jason Murray, representante dos eleitores do Colorado que moveram o processo, refutou a ideia de que a 14ª Emenda não engloba os presidentes e de que a decisão só caberia ao Congresso. Para ele, assim como os estados têm o poder de "salvaguardar

seus votos" e desqualificar candidatos muito jovens ou aqueles que disputam indevidamente mandatos extras, também podem barrar alguém envolvido em insurreições, como o caso de Trump o 6 de janeiro de 2021. — A razão pela qual estamos aqui é que o presidente Trump tentou desqualificar 80 milhões de americanos que votaram contra ele, e a Constituição não exige que lhe seja dada outra chance — disse Murray.

PROGRESSISTA CÉTICA
O presidente da Corte, o juiz conservador John G. Roberts, fez várias perguntas a Murray, refletindo o que pareceu ser um consenso emergente: de que a 14ª Emenda não foi elaborada para permitir que os estados determinem se um candidato seria um insurrecionista inelegível, mas, sim, para

fortalecer o poder do governo federal. Para a maioria dos juizes, estados individuais só poderiam desqualificar candidatos em uma eleição nacional se houvesse previamente uma legislação aprovada pelo Congresso nesse sentido.

— O ponto central da 14ª Emenda era restringir o poder do estado, certo? — questionou, acrescentando que o argumento contrário, apresentado pelo Colorado, estaria "em conflito com tudo o que motivou a 14ª Emenda".

A juíza progressista Elena Kagan mostrou ceticismo quanto a deixar questões eleitorais nacionais para estados resolverem individualmente.

— A questão a ser enfrentada é por que um único estado deve decidir quem será presidente dos EUA? — indagou Kagan a Murray.

Alguns juizes também pareceram abertos a dois outros argumentos: que a cláusula em questão impede os candidatos de ocuparem cargos, e não de concorrerem a eles, e que o presidente não está entre as autoridades a quem a disposição se aplica.

Falando na Flórida, Trump disse que esperava uma decisão a seu favor.

— Você pode pegar a pessoa que está liderando em todos os lugares e dizer: "Ei, não vamos deixar você concorrer"? Sabe, acho que isso é muito difícil de fazer, mas vou deixar para a Suprema Corte resolver — declarou, ressaltando seu favoritismo nas pesquisas de opinião republicanas.

DECISÃO MAIS AMPLA
Vários juizes indicaram que a corte deve emitir uma decisão não só sobre se Trump pode constar das cédulas das primárias do Colorado, mas também se pode concorrer nas eleições gerais e se é elegível. Normalmente, a Suprema Corte leva cerca de três meses para emitir uma decisão. Mas o caso de Trump é diferente, e há expectativa de uma decisão rápida antes da Super Terça-feira, em 5 de março, quando o Colorado e 14 outros estados realizam as primárias.

O caso põe a Suprema Corte numa posição complicada, já que qualquer sentença deve ser interpretada por parte da população como "uma interferência nas eleições".

Se desqualificarem Trump, seus partidários consideram uma interferência nas eleições — disse à AFP Steven Schwinn, professor de Direito Constitucional na Universidade de Illinois. — Se não desqualificarem Trump, seus opositores vão considerar uma interferência nas eleições. (Com New York Times e AFP)



"Golpe fracassado": Manifestantes anti-Trump protestam diante da Suprema Corte, em Washington, exigindo que ele seja declarado inelegível por envolvimento na invasão do Capitólio em 2021

Menção à memória de Biden põe promotor sob crítica

Presidente se livra de ser processado por posse e manuseio indevidos de documentos, mas defesa reclama de justificativa usada

WASHINGTON

O Departamento de Justiça dos EUA concluiu que o presidente Joe Biden retirou, manteve e compartilhou documentos sigilosos da Casa Branca após o fim de seu mandato como vice de Barack Obama, em 2017, mas apontou que, mesmo diante das evidências, não abriu um processo criminal. Contudo, uma menção à saúde mental de Biden causou polêmica.

A conclusão foi apresentada por um promotor especial que investigava a origem de documentos encontrados na casa e em um escritório de Biden, caso que poderia guardar semelhança com a investigação similar movida contra o ex-presidente Donald Trump. Nas 345 páginas do relatório, o promotor especial Robert Hur aponta que Biden levou deliberadamente documentos relacionados à guerra no Afeganistão e na Rússia sobre "métodos e fontes sensíveis" de inteligência dos EUA.

Alguns desses documentos foram, segundo Hur, compartilhados com o autor que o ajudou a escrever o livro "Promise Me, Dad" ("Prometa-me, Pai"), de 2017. Apesar das evidências que poderiam justificar a abertura de uma ação penal, como aconteceu com Trump, Hur aponta para fatores alheios aos documentos para justificar a decisão de não levar o caso ao tribunal. Para o promotor, a forma como foram encontrados os papéis, em uma caixa jogada na garagem de uma casa do presidente em Delaware, sugere que ele poderia ter se esquecido da existência deles. Hur considera que esse "esquecimento" poderia estar ligado à mudança recente nas regras sobre a retenção desse tipo de material, algo com que Biden não estaria habituado.

Hur ainda aponta para a cooperação de Biden na investigação, iniciada em janeiro de 2023, contrastando com a reação virulenta de Trump em caso similar, quando foram encontrados caixas de documentos sigilosos em sua residência de Mar-a-Lago. Logo após a divulgação do relatório, Trump apontou em notas um "partidarismo" do Departamento da Justiça, que agiria com "dois pesos e duas medidas".

O promotor, porém, causou mágoa ao dizer que os investigadores consideraram que a memória de Biden, de 81 anos, era "significativamente limitada", e que "seria difícil convencer um júri de que ele — um

presidente com mais de 80 anos — deveria ser condenado por um crime grave que requer um estado mental determinado". A defesa de Biden criticou essa menção ao presidente, dizendo que foi usada uma linguagem "extremamente prejudicial para descrever um fato recorrente entre muitas testemunhas: o esquecimento de alguns eventos ocorridos há alguns anos".

Em nota conjunta, o presidente da Câmara, o republicano Mike Johnson, e os deputados Steve Scalise e Elise Stefanik consideraram "perturbadora" a menção à memória de Biden. Segundo pesquisa divulgada em agosto, 77% dos eleitores creem que ele é muito idoso para outro mandato.